

“O ALVORECER DA REPÚBLICA NO BRASIL: UM IDEAL DE CIVILIZAÇÃO”

Aluno(a): Waleska Maia
Orientador(a): Berenice Cavalcante

Introdução

O foco central desta comunicação está na reflexão acerca das formas de representação com as quais os contemporâneos da primeira república (entre 1889/ 1910) traduziram as imagens do novo regime. Neste propósito será privilegiada a relação entre o conceito de civilização e república, respeitando-se as singularidades da experiência brasileira.

Objetivo

Analisar as implicações deste processo a partir da reflexão de Heloísa Starling que no sentido de compreender a associação entre república e civilização destaca as dificuldades em se criar uma esfera pública naquele período.

Metodologia

Tem por base a leitura de: Nelson W. Sodré em *História da Imprensa no Brasil*; Nibert Elias em *O Processo Civilizador*; Jean Starobinski no livro *As Máscaras da Civilização: ensaios*, e, finalmente, Heloísa Starling. A base empírica foi construída a partir dos periódicos: *O Paíz*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil* e *Revista da Semana*.

Conclusão

A imprensa brasileira já conquistara um espaço significativo no período, por buscar expressar a “voz de opinião pública”, e para alguns jornalistas a imprensa teria a função de “ag[ir] e reag[ir] sobre as massas, como um instrumento de crítica e de construção, refletindo-lhes os sentimentos, os entusiasmos e as paixões nobres, corrigindo entre estas e aquelas os que deles antes parece um desvio... coordenando e organizando [os setores da sociedade]...” (Jornal do Brasil 15 de novembro de 1918). É importante, ainda, assinalar que o *Jornal do Comércio*, *O Paíz* e mais tarde o *Jornal do Brasil* se apresentavam neste cenário como jornais de ampla circulação, o que reafirma o papel que os jornalistas reivindicavam para si.

Do material pesquisado até o momento é correto identificar a associação entre o ideal de República e o conceito de civilização, ao menos até 1910. A partir desta década o conceito de civilização e valores associados ao mesmo, se relacionam à temas religiosos, de gênero, e em 1914 à guerra, entre outras temáticas que assumem um lugar de maior destaque.

Em inúmeros artigos pode-se perceber a crença de que o regime republicano e sua defesa significariam “*substituir paixões individuais a lei*” (15 de novembro de 1894 *Jornal do Comércio*), tratar-se-ia de uma “razão livre” percebida em “*todos os centros de civilização*” (15 de novembro de 1895 *O Paíz*).

Até 1902 a maioria dos articulistas justifica o cenário do jovem regime republicano como possuidor de “*erros que vêm principalmente da incompreensão do regime*” (*O Paíz* 15 de novembro de 1892). Esta incompreensão levaria ao “*deletério ambiente moral*” (15 de novembro de 1892 *O Paíz*), ou à denominada “*anarquia moral*” (17 de novembro 1893 *O Paíz*).

Contudo, após esta primeira análise, a maior parte dos jornalistas passa a alegar que o problema não estava tanto na incompreensão do regime, mas, no “*envelhecimento político e moral, causado pela sua política se esculpulos para tornar funesto à Nação o seu governo*”

(O Paiz, 15 de novembro de 1902). O problema passava a ser atribuído aos agentes da sociedade e a velha “*politicagem*” (1895 O Paíz) e ao “*espírito de caudilhagem e usurpação*” (17 de novembro de 1893 O Paíz).

Após 1902 já é mais perceptível um comportamento que Heloíza Starlig identifica como “*corrupção de valores*”, “*o perigo de apropriação do poder de forma individual ou por uma facção*”. (Heloíza Starling: pp.169) Prevalencia a percepção de que a República era tomada por interesses pessoais e se distanciava da *res pública* (coisa pública) como podemos perceber nas palavras de um contemporâneo ao alegar: “*o regime só é sustentado por parte da nação - quando deve sê-lo por toda a nação*”. (Jornal do Comércio, 15 de novembro de 1892)”.

É importante lembrarmos que, ao contrário do que se poderia concluir, esta “*corrupção de valores*” não resultaria simplesmente à falta de um esforço em fundar a República, mas sim, pela dificuldade em se construir um projeto coletivo, descentralizado dos particularismos e das intenções que partem de indivíduos isoladamente e não do conjunto de cidadãos.

A sensação de que o problema fundamental da República estava na “*corrupção de valores*” leva o articulista a tecer o seguinte comentário: “*O que está exigindo urgente saneamento é o senso comum e o senso moral*” (O Paíz 16 de novembro 1898).

Como nos recorda J. Starobinski, outro argumento que nos possibilitaria associar o ideal de república ao conceito de civilização, em sua concepção moderna, mais próxima dos valores franceses, tem estreitas relações com a idéia de progresso, associada à imagem de polir e aperfeiçoar. Em consonância com esta interpretação Nobert Elias acrescenta que no conceito inglês e francês de civilização se descreve enquanto um processo relacionado a um devir que nos leva sempre para frente.

Em conclusão, pode-se afirmar que a idéia de república associa-se com freqüência à progresso, civilização e aperfeiçoamento. Uma “*marcha evolutiva*” que mais cedo ou mais tarde deveria levar ao” *aperfeiçoamento estrutural da nossa organização republicana*” (15 de novembro de 1898 O Paíz)

Sendo assim, notamos uma singular associação entre o conceito de civilização e república no cenário brasileiro, no alvorecer republicano.